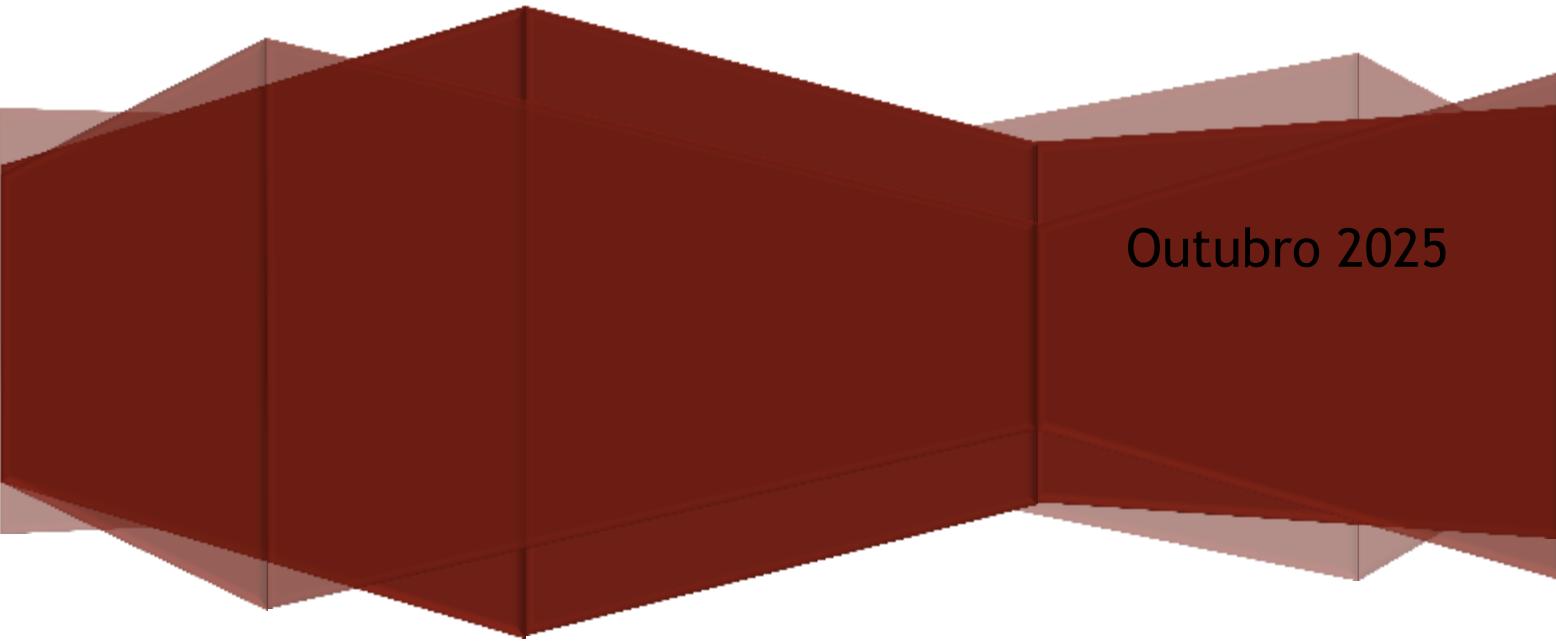


Município de Alfândega da Fé

Controlo 2024 - Município de Alfândega da Fé

Plano Diretor Municipal de Alfândega da
Fé

SETOR de AMBIENTE



Outubro 2025



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO de AMBIENTE e SERVIÇOS URBANOS (DASU)

TÍTULO

Relatório de Avaliação e Controlo da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal de Alfândega da Fé

ANO DE MONITORIZAÇÃO

Período de 2024

RESPONSÁVEL MÁXIMO

Eduardo Tavares, Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé

COORDENAÇÃO

Nuno Jacinto, Chefe de Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos

REALIZAÇÃO

Carina Teixeira, Técnica Superior de Ambiente e Território, Setor de Ambiente

DATA DE PUBLICAÇÃO

Outubro 2025





ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 3 |
| 2. ENQUADRAMENTO..... | 5 |
| 3. MONITORIZAÇÃO | 6 |
| 4. ANÁLISE DE RESULTADOS..... | 8 |
| VALORIZAÇÃO AMBIENTAL | 13 |
| VALORIZAÇÃO AMBIENTAL | 15 |
| REVITALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA | 17 |
| REVITALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA | 19 |
| REVITALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA | 21 |
| REQUALIFICAÇÃO URBANA..... | 23 |
| REQUALIFICAÇÃO URBANA..... | 25 |
| REQUALIFICAÇÃO URBANA..... | 27 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 30 |



1. INTRODUÇÃO

A avaliação ambiental estratégica (AAE) pretende garantir um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover o desenvolvimento sustentável. Tem um caráter contínuo e sistemático que pretende assegurar a integração de considerações ambientais, sociais e económicas nos processos de planeamento, de programação e de elaboração de políticas bem como contribuir para o estabelecimento de contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas.

A avaliação ambiental estratégica desempenha três funções fundamentais, complementares e não exclusivas, face ao processo de decisão:

- A função integração das questões ambientais e de sustentabilidade nos processos estratégicos cíclicos de planeamento e programação que permitam melhorar a qualidade das decisões atuais e futuras;
- A função avaliação de opções estratégicas relativamente às oportunidades e riscos para o ambiente e para os processos de sustentabilidade inerentes ao seguimento de determinadas estratégias;
- A função validação do modo como a AAE contribuiu para uma maior eficiência dos processos estratégicos e para uma maior qualidade dos seus resultados.

A análise integrada do Quadro de Referência Estratégico, das Questões Estratégicas (objetivos estratégicos e linhas de força) do objeto da avaliação e dos Fatores Ambientais dão resposta ao alcance da AAE e definem os fatores críticos para a decisão (FCD) que descrevem as estratégias e ações para melhor satisfazerem objetivos ambientais e um futuro mais sustentável.



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO de AMBIENTE e SERVIÇOS URBANOS (DASU)

Da definição dos fatores críticos de decisão resultou que avaliação das propostas do Plano Diretor Municipal de Alfândega da Fé (PDM de Alfândega da Fé) incidiria sobre os seguintes fatores:

- **Valorização Ambiental;**
- **Revitalização e diversificação económica;**
- **Requalificação Urbana;**

Para cada fator de decisão foram considerados critérios e objetivos de sustentabilidade por forma a criar uma base de avaliação das propostas do plano.

No ponto relativo à monitorização serão apresentados os indicadores de acompanhamento relativos aos objetivos definidos.



2. ENQUADRAMENTO

O processo de Avaliação Ambiental a que foi sujeito o procedimento do PDM de Alfândega da Fé resultou, por via da Declaração Ambiente (DA), na definição de indicadores ambientais de monitorização que devem ser avaliados e supervisionados, em cumprimento com o previsto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

Conforme descrito anteriormente, a AAE é um processo continuo e sistemático que tem lugar desde o momento inicial da decisão de proceder à elaboração do plano até à aprovação da versão final, e prossegue com a verificação dos efeitos significativos no ambiente por via da execução e implementação do plano.

Neste sentido, o diploma prevê que o controlo e ponderação da concretização do plano do ponto de vista do desempenho ambiental e dos seus impactes sobre o ambiente sejam efetuados com a periodicidade anual.

Desde modo, o município de Alfândega da Fé está em condições de elaborar esta avaliação relativa ao ano de 2024.

Na fase de seguimento/acompanhamento é de importância fulcral efetuar uma análise de tendências, para poder continuar a assegurar o contributo da AAE na integração das questões de ambiente e sustentabilidade no processo de decisão. Este acompanhamento das consequências ambientais da implementação do plano permite ainda adaptar as ações adotadas, de modo a diminuir as consequências negativas sobre o ambiente e potenciar as positivas.



3. MONITORIZAÇÃO

Atendendo à natureza executória das propostas do PDM de Alfândega da Fé, a monitorização e avaliação, estratégica e operacional, torna-se fundamental, quer do ponto de vista do desempenho ambiental associado à execução das mesmas, quer dos seus impactes sobre o ambiente.

O objetivo central desta fase é o de promover o acompanhamento sistemático de um conjunto de dinâmicas em domínios que, de um modo mais direto ou indireto, influenciam as condições ambientais e de sustentabilidade do território, procurando, deste modo, apoiar os processos de conceção e decisão de políticas e medidas de intervenção à escala urbana e permitindo acompanhar com regularidade o exercício das atividades previstas, assim como o desempenho das entidades responsáveis pela sua execução.

Quanto à natureza da avaliação, optou-se por adotar uma abordagem de natureza quantitativa suportada pelo recurso a um painel de indicadores estatísticos. Com base nestes pressupostos estabeleceu-se a definição de indicadores de avaliação e respetivos mecanismos de monitorização, nomeadamente metas e/ ou valores de referência.

Havendo uma forte interdependência entre muitos dos indicadores considerados, a afetação de alguns dos mesmos a determinadas fatores temáticos, em detrimento de outros, obriga aquando da interpretação dos dados a uma leitura cuidada e a mais cruzada possível das diferentes situações. O plano de monitorização deve criar uma base para avaliar o impacte do plano de ação e o respetivo desenvolvimento das ações adotadas. Esta avaliação será feita através da análise de indicadores, com base no desempenho ambiental.

O desempenho dos indicadores é definido mediante a seguinte escala:



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO de AMBIENTE e SERVIÇOS URBANOS (DASU)

- Positivo, o valor aproxima-se da meta;
- Neutro, existe algum progresso mas insuficiente para atingir a meta;
- Negativo, o valor distancia-se da meta;
- Sem dados.

Na compilação da informação para compilação dos indicadores para o período de 2024 o município deparou-se com algumas dificuldades na obtenção de dados, pois alguns indicadores dependem de entidades externas que não responderam em tempo útil para uma análise critica. Assim sendo, e uma vez que o município se encontra em fase de revisão do Plano Diretor Municipal estes indicadores deve ter em conta que a sua definição deve optar por aqueles que são facilmente mensuráveis e representativos de modo a que permitam verificar o cumprimento, ou não, dos objetivos de sustentabilidade definidos.



4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Período de análise: 2024

Esta análise para uma melhor compreensão e fácil leitura será apresentada da seguinte forma:

1. Apresentação dos indicadores por fator crítico de decisão nos respetivos critérios.
2. Apresentação da informação de todos os indicadores e respetiva avaliação;



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO de AMBIENTE e SERVIÇOS URBANOS (DASU)

Quadro 1- Critérios e objetivos de sustentabilidade por fator de decisão

| FCD | CRITÉRIO | OBJETIVO |
|--|---|--|
| VALORIZAÇÃO AMBIENTAL | BIODIVERSIDADE E PAISAGEM | <p>Conservar e potenciar a biodiversidade, valorizando o caráter da paisagem e promovendo a defesa e a valorização dos recursos hídricos.</p> <p>Assegurar o estabelecimento de corredores ecológicos, fundamentais para a conservação da natureza e da biodiversidade, regulação do ciclo da água e para a conservação do recurso solo.</p> |
| | RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS | <p>Prever e reduzir os riscos naturais (movimento de vertentes, incêndios florestais, cheias e secas) e tecnológicos (rotura de barragens), garantindo a segurança de pessoas e bens, restringindo a edificação/expansão urbana.</p> |
| REVITALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA | TURISMO | <p>Promover e estabelecer polos turísticos de excelência e sustentáveis inseridos em espaço rural, como forma, de promover o desenvolvimento local.</p> <p>Impulsionar atividades turísticas, artesanais aliadas à valorização do património natural e construído.</p> |
| | INDÚSTRIA | <p>Promover o desenvolvimento local, com a instalação de indústrias agroalimentares minimizando os impactes ambientais.</p> |
| | AGRICULTURA E FLORESTA | <p>Valorizar a atividade agrícola, cinegética e florestal no concelho.</p> <p>Desenvolver produtos tradicionais de qualidade (produtos certificados, produtos de denominação de origem controlada).</p> |
| REQUALIFICAÇÃO URBANA | SISTEMA URBANO | <p>Assegurar o fortalecimento das relações urbano-rurais, promovendo a concentração da edificação em aglomerados rurais, contrariando a ocupação dispersa ou linear do território.</p> <p>Valorizar a criação/requalificação de espaços verdes públicos.</p> |
| | SAÚDE HUMANA | <p>Garantir a criação de infraestruturas urbanas e garantir o conforto acústico como forma de melhorar a saúde pública.</p> |
| | ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE | <p>Estabelecer uma rede de estradas e um sistema de transportes coletivos adequados à procura real, no sentido de melhorar a mobilidade das populações rurais em zonas de baixa densidade, assegurando a acessibilidade a um conjunto de serviços de proximidade, designadamente aos equipamentos de apoio social aos idosos.</p> |
| | PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO | <p>Proteger e valorizar o Património Arquitetónico e Arqueológico.</p> |





Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO de AMBIENTE e SERVIÇOS URBANOS (DASU)

Quadro 2 - Descrição dos Indicadores de Avaliação

| FCD | CRITÉRIO | INDICADORES |
|--|---|--|
| VALORIZAÇÃO AMBIENTAL | BIODIVERSIDADE E PAISAGEM | Percentagem de áreas protegidas no território, usos e ocupação |
| | | Licenciamentos em áreas RN2000 (N.º e área ocupada) |
| | | Estado da conservação da biodiversidade (Espécies Faunísticas e Florísticas ameaçadas e protegidas) |
| | | Áreas de povoamentos florestais de espécies autóctones |
| | | Qualidade dos recursos hídricos (qualidade da água superficial e manutenção da margens e galerias ripícolas) |
| | | Criação de corredores ecológicos |
| | RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS | Áreas de risco de elevado e muito elevado |
| | | Pessoas e bens em áreas sujeitas a risco elevado e muito elevado |
| | | N.º de Ocorrências |
| | | Área impermeabilizada em zonas com risco de cheia |
| | | Vias de circulação cortadas devido a movimentos de massa |
| REVITALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA | TURISMO | Suscetibilidade/risco à desertificação/seca ¹⁰ |
| | | Pessoas e estruturas vulneráveis ao efeito da onda de inundaçāo |
| | | Oferta de Alojamento (N.º de Camas) |
| | | Ocupação Hoteleira (%) |
| | | Empreendimentos Turísticos de Turismo Rural (N.º) |
| | INDÚSTRIA | Emprego no setor turístico |
| | | Número de Equipamentos Culturais ou de recreio e lazer |
| | | N.º de empregos qualificados criados (N.º) |
| | | N.º e Tipologia de Empresas (N.º) |
| | | Taxa de ocupação das novas áreas empresariais |
| | Evolução do tecido empresarial por setores de atividade económica (%) | |





Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO de AMBIENTE e SERVIÇOS URBANOS (DASU)

| FCD | CRITÉRIO | INDICADORES |
|--|------------------------|--|
| REVITALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA | AGRICULTURA E FLORESTA | Superfície Agrícola Utilizada (%) Produtividade agrícola por cultura (Kg/ha) Disponibilidade de áreas RAN ou de solo qualificado como solo agrícola/florestal (ha) Emparcelamento agrícola (N.º de parcelas) Área agrícola de regadio (ha) Número de empresas criadas na fileira florestal Número de atividades associadas à silvicultura e produtos derivados Área florestal certificada |
| REQUALIFICAÇÃO URBANA | SISTEMA URBANO | Variação da População residente (%) Densidade populacional (Hab./km ²) Capitação de espaços verdes públicos de utilização coletiva (m ² /hab.) Solo urbano consolidado (taxa de execução do solo urbano %) Áreas de Edificação Dispersa (ha) Variação da Construção de Habitação em Solo Rural (%) Taxa de cobertura do concelho infraestruturada (%) |
| | SAÚDE HUMANA | População servida por sistema público de abastecimento de água (%) População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais (%) Taxa de cobertura por ETAR (%) Aplicação de águas residuais depuradas com usos compatíveis (%) Produção de Resíduos (Ton/hab). Reciclagem e Valorização de Resíduos (Ton/hab). |





Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO de AMBIENTE e SERVIÇOS URBANOS (DASU)

| FCD | CRITÉRIO | INDICADORES |
|-----------------------|---|--|
| REQUALIFICAÇÃO URBANA | ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE | Rede Viária qualificada (km ²) |
| | | Movimentos Pendulares (N.º entradas e saídas do concelho para trabalhar/estudar) |
| | | Utilizadores da Rede de Transporte Públicos (N.º) |
| | | N.º de intervenções para a construção de passeios/ciclovias |
| | | Utilização do carro próprio (%) |
| | | Distância/Tempo entre a totalidade dos centros urbanos e rurais, em carro próprio |
| | PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO | Atividades de promoção e valorização do património (N.º) |
| | | Número de elementos patrimoniais requalificados (N.º de ações de recuperação realizadas) |
| | | Imóveis classificados ou em vias de classificação (N.º) |
| | | Prospeções em áreas de património arqueológico (Hectares) |
| | | Reabilitação/Reutilização de edifícios históricos (N.º) |
| | | Intervenções na envolvente ao património classificado (N.º) |





Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO de AMBIENTE e SERVIÇOS URBANOS (DASU)

VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

| Critérios | Indicadores | Tendência/meta Vigência PDM | Unidades de medida | 2024 |
|---------------------------|--|--------------------------------|-----------------------|-------------------------------------|
| Biodiversidade e Paisagem | Distribuição dos usos/ocupação em áreas da RN 2000 | Não aplicável | % | S/D |
| | Licenciamentos em áreas RN2000 | Não aplicável | N.º e m ² | 1 (970,8 m ²) |
| | Estado da conservação da biodiversidade (Espécies Faunísticas e Florísticas ameaçadas e protegidas) | Não aplicável | Evolução tendencial | S/D |
| | Áreas de povoamentos florestais de espécies autóctones | Aumentar/ Intensificar | m ² e % | 53359600 m ² (16,57%) |
| | Qualidade dos recursos hídricos (qualidade da água superficial e manutenção da margens e galerias ripícolas) | 100% | Evolução tendencial | Muito bom |

Legenda:

S/D - sem reporte





Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO de AMBIENTE e SERVIÇOS URBANOS (DASU)

A análise dos indicadores relativos ao critério “Biodiversidade e Paisagem” tiveram alguma dificuldade na compilação dos dados que foram solicitados ao ICNF e aguardamos o reporte da informação, nomeadamente a “Distribuição dos usos/ocupação em áreas da RN 2000” e “Estado da conservação da biodiversidade (Espécies Faunísticas e Florísticas ameaçadas e protegidas) ”.

Em relação aos licenciamentos em áreas RN2000 foi registado um licenciamento com uma área de ocupação de 970,8m².

No indicador “Áreas de povoamentos florestais de espécies autóctones” os valores mantêm-se inalterados desde 2015 - 16,57% 53359600 m².

Por outro lado, a “Qualidade dos recursos hídricos (qualidade da água superficial e manutenção da margens e galerias ripícolas) ” mantém-se como classificada com “Muito Bom”.





Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO de AMBIENTE e SERVIÇOS URBANOS (DASU)

VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

| Critérios | Indicadores | Tendência/meta Vigência PDM | Unidades de medida | 2024 |
|--|--|--------------------------------|-----------------------|--|
| Riscos Naturais e Tecnológica | Áreas de risco de elevado e muito elevado | Não aplicável | ha | 9823,07 elevada 1334,30 muito elevada |
| | Pessoas residentes em áreas sujeitas a risco elevado e muito elevado | Reducir/Anular | % | 3,60 |
| | N.º de ocorrências (incêndios) | Reducir/Anular | N.º | 1 |
| | Área ardida | Reducir/Anular | ha | 0,3 |
| | Ações de prevenção/adaptação ao risco de desertificação e seca | Aumentar/Intensificar | N.º | 0 |
| | Área edificada em zonas com risco de cheia | Reducir | m2 | 3000 |
| | Vias de circulação cortadas devido a movimentos de massa | Não aplicável | N.º | 0 |
| | Pessoas e estruturas vulneráveis ao efeito da onda de inundação | Reducir/Anular | N.º | 0 |

Legenda:

S/D - Sem dados





A análise do FCD “Valorização Ambiental”, onde são tratados os critérios “Riscos Naturais e Tecnológicos” os indicadores “Áreas de risco de elevado e muito elevado;” “Pessoas residentes em áreas sujeitadas a risco elevado e muito elevado” e “Área edificada em zonas com risco de cheia”, registaram-se os seguintes valores: 9823,07 ha em área de risco elevado e 1334,30 ha em risco muito elevado. Por outro lado foram identificados 3000m² na “Área edificada em zonas com risco de cheia”.

O número de ocorrências (incêndios) registado no período de 2024 foi de 1, tendo vindo a diminuir consideravelmente nos últimos anos.

Em relação ao indicador que reflete a “Área ardida” tem-se verificado um decréscimo acentuado desde o ano de 2018, que se deve ao esforço de limpeza, sensibilização e atuação rápida das forças intervenientes no combate aos incêndios florestais.

No que diz respeito ao indicador “Vias de circulação cortadas devido a movimentos de massa” não foi registada, neste período, nenhuma ocorrência.

REVITALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA

| Critérios | Indicadores | Tendência/meta Vigência PDM | Unidades de medida | 2024 |
|-----------|--|--------------------------------|-----------------------|--------------|
| Turismo | Oferta de alojamento | Aumentar/intensificar | N.º de Camas | 252 |
| | Ocupação hoteleira | Aumentar/Intensificar | % | 33,2% |
| | Empreendimentos Turísticos de Turismo Rural | Aumentar/Intensificar | N.º | 7 |
| | Emprego no setor turístico | Aumentar/Intensificar | N.º | S/D |
| | Número de equipamentos culturais ou de recreio e lazer | Aumentar/Intensificar | N.º | 5 |



DIVISÃO de AMBIENTE e SERVIÇOS URBANOS (DASU)

Em relação ao FCD “Revitalização e diversificação económica” no critério “Turismo”, podemos observar que o indicador “Oferta de Alojamento” tem tido um aumento ao longo dos últimos anos.

No que diz respeito “Emprego no setor turístico”, não há dados sobre este indicador.

O indicador “Número de equipamentos culturais ou de recreio e lazer” registou-se no ano 2024, 25 e 5, respetivamente.

REVITALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA

| Critérios | Indicadores | Tendência/meta Vigência PDM | Unidades de medida | 2024 |
|-----------|---|--------------------------------|--------------------|------|
| Indústria | N.º de empregos qualificados criados | Aumentar/Intensificar | N.º | S/D |
| | N.º de empresas (por tipologia) | Não aplicável | N.º | 1101 |
| | Taxa de ocupação das novas áreas empresariais | Não aplicável | % | S/D |
| | Evolução do tecido empresarial por setores de atividade económica | Não aplicável | % | S/D |

Legenda:

S/D - Sem dados





Em relação ao FCD “Revitalização e diversificação económica” no critério “Indústria”, podemos observar que o indicador “N.º de empregos qualificados criados” e “Evolução do tecido empresarial por setores de atividade económica” não se conseguiu proceder à compilação de dados para o período de 2024.

O número de empresas (por tipologia) pode verificar-se que se registou 1101 empresas por tipologia.

REVITALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA

| Critérios | Indicadores | Tendência/meta Vigência PDM | Unidades de medida | 2024 |
|-------------------------|--|--------------------------------|--------------------|--------|
| Agricultura e Florestas | Superfície Agrícola Utilizada (SAU) | Não aplicável | % | 57,80% |
| | Produtividade agrícola por cultura | Aumentar/Intensificar | kg/ha | a) |
| | Emparcelamento agrícola | Não aplicável | Área abrangida | S/D |
| | Área agrícola de regadio | Não aplicável | ha | 1200 |
| | Número de empresas existentes na fileira florestal | Reducir/Anular | N.º | S/D |
| | Número de ações associadas à silvicultura e produtos derivados | Aumentar/Intensificar | N.º | 0 |
| | Área florestal certificada | Aumentar/intensificar | m 2 | 0 |

a) Produtividade agrícola por cultura kg/ha

Castanha 1000 kg/hectare

Amêndoа com casca 1950kg/hectare

Amêndoа em miolo 650 kg/hectare

Azeitona para azeite 1600 kg/hectare

S/D - Sem dados





Em relação ao FCD “Revitalização e diversificação económica” no critério “Agricultura e Florestas”, podemos observar que o indicador “Emparcelamento agrícola” e “Número de empresas existentes na fileira florestal” não existem dados suficientes para fazer uma avaliação da evolução neste período de avaliação.

Relativamente ao indicador “Superfície Agrícola Utilizada (SAU)” mantém-se inalterado nos 57,80%. No que diz respeito à área de regadio registada é de 1200ha.

Quanto à produtividade por cultura dispomos dos valores médios por ha. Em relação à castanha temos uma produção de 1000Kg/ha; amêndoas 650Kg/ha e azeitona para azeite 1600Kg/ha.

Por outro lado, o “Número de ações associadas à silvicultura e produtos derivados” e “Área florestal certificada” os valor mantêm-se inalterados com valor zero.

REQUALIFICAÇÃO URBANA

| Critérios | Indicadores | Tendência/meta Vigência PDM | Unidades de medida | 2024 |
|-----------------------|---|--------------------------------|--------------------|-------|
| Sistema Urbano | Variação da população residente | Não aplicável | % | -23 |
| | Capitação de espaços verdes públicos de utilização coletiva | Aumentar/Intensificar | m 2/hab. | 15,50 |
| | Solo urbanizado (taxa de execução do solo urbano) | Não aplicável | % | 52,3 |
| | Construção de habitação em solo rural | Reducir/Anular | N.º | 1 |



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO de AMBIENTE e SERVIÇOS URBANOS (DASU)

Em relação ao FCD “Requalificação Urbana” no critério “Sistema Urbano” foram avaliados 4 indicadores:

A “Variação da população residente”, foi registado o valor negativo de 23.

Este indicador relativo ao “Solo urbanizado (taxa de execução do solo urbano)” – este valor é de 52,3.

Relativamente ao indicador relativo à “Construção de habitação em solo rural” – foi contabilizada uma construção em 2024.



REQUALIFICAÇÃO URBANA

| Critérios | Indicadores | Tendência/meta Vigência PDM | Unidades de medida | 2024 |
|--------------|--|--------------------------------|--------------------|-------------|
| Saúde Humana | População servida por sistema público de abastecimento de água | % | Anual | 100 |
| | População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais | % | Anual | 100 |
| | Taxa de cobertura por ETAR | % | Anual | 100 |
| | Reciclagem e valorização de resíduos | Ton/hab. | Anual | 0,04 |



Em relação ao FCD “Requalificação Urbana” no critério “Saúde Humana” foram avaliados 4 indicadores:

A “população servida por sistema público de abastecimento de água”, a “população servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais” e a “taxa de cobertura por ETAR” atingem os 100% no município de Alfândega da Fé.

Relativamente à “Reciclagem e valorização de resíduos”, o município, em 2024 registou o valor de 0,04 Ton/hab.





Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO de AMBIENTE e SERVIÇOS URBANOS (DASU)

REQUALIFICAÇÃO URBANA

| Critérios | Indicadores | Tendência /meta Vigência PDM | Unidades de medida | 2024 |
|---|---|---------------------------------|-------------------------------------|------|
| Património Arquitectónico e Arqueológico | Ações de promoção e valorização do património | Aumentar/Intensificar | N.º | 26 |
| | Numero de elementos patrimoniais requalificados | Aumentar/Intensificar | N.º Ações de recuperação realizadas | 0 |
| | Imóveis classificados ou em vias de classificação | Não aplicável | N.º | 5 |
| | Prospeções em áreas de património arqueológico | Não aplicável | ha | 0 |
| | Reabilitação/reutilização de edifícios históricos | Aumentar/Intensificar | N.º | 0 |
| | Intervenções na envolvente ao património classificado N.º Anual | Reducir/Anular | N.º | 0 |





Em relação ao FCD “Revitalização e diversificação económica” no critério “Património Arquitetónico e Arquitetónico” foram avaliados 6 indicadores:

Relativamente às “Ações de promoção e valorização do património” realizadas no período de 2024 foram 26, tendo sido um trabalho constante de promoção do património inserido na Bio-Região dos Lagos do Sabor;

No indicador referente ao “Número de elementos patrimoniais requalificados”, não foi realizada nenhuma requalificação.

Em relação aos “Imóveis classificados ou em vias de classificação” foram registados 5 no concelho de Alfândega da Fé nos últimos 8 anos;

Por outro lado, e no que diz respeito às “Prospeções em áreas de património arqueológico” não foi executada nenhuma prospecção em 2043.

No período de 2024 foram não foram reabilitados edifícios históricos, nem “Intervenções na envolvente ao património classificado”.



Quadro 3 - Situação atual e tendência de evolução sem e com o plano - Síntese da AAE da RPDMAF

| FCD | Critérios | Evolução com aRPDM |
|---|--|--------------------|
| VALORIZAÇÃO AMBIENTAL | Paisagem e Biodiversidade | ↗ |
| | Riscos Naturais e Tecnológicos | → |
| REVITALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA | Turismo | ↗ |
| | Indústria | ↗ |
| | Agricultura e Florestas | ↗ |
| REQUALIFICAÇÃO URBANA | Sistema Urbano | ↗ |
| | Saúde Humana | → |
| | Acessibilidade e Mobilidade | → |
| | Património Arquitectónico e Arqueológico | ↗ |

| Distância à situação desejável | Distante | Próximo | Muito próximo |
|--------------------------------|---------------|----------------------------------|---------------|
| Tendência de evolução | ↘ Negativa | → Sem alteração significativa | ↗ Positiva |



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa de seguimento é parte da fase contínua da AAE e permite efetuar um controlo sistemático do desempenho de conformidade dos resultados apurados. A avaliação realizada permite recomendar novas abordagens para o processo de gestão e monitorização da execução das propostas do PDM, sob o ponto de vista da sustentabilidade e do respetivo desempenho ambiental.

Devido à dificuldade em obter informações/dados que à data não se encontram sistematizados existem indicadores que devem ser adaptados. Estando já previstos no PDM aprovado este ano.

Existem alguns indicadores que por questões de representatividade e aferição do cumprimento dos objetivos de sustentabilidade determinados, devem ser redefinidos ou ter as metas redefinidas, nomeadamente os relacionados com os recursos florestais, com os riscos e até mesmo com a diminuição da dispersão dos usos urbanos.

Assim, apesar das ações relacionadas com alguns indicadores serem claramente condicionadas por entidades externas ao município, a execução de outras tantas propostas do PDM demonstraram um desempenho ambiental positivo.

O Presidente da câmara:

Eduardo Manuel Tavares